

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 102.984 - CE (2018/0238670-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : FRANCISCO EDUARDO RODRIGUES (PRESO)
ADVOGADO : ALAN FROTA BASTOS E OUTRO(S) - CE024742
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE (POLICIAL MILITAR). *MODUS OPERANDI*. VÍTIMA DE 83 ANOS DE IDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. TRÂMITE REGULAR DO FEITO. RAZOABILIDADE. PROCESSO NA FASE DO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – CPP. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVANTE. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. RECURSO DESPROVIDO. RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE.

1. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, verifica-se que a custódia cautelar foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, tendo sido demonstradas a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do recorrente, evidenciadas pelo *modus operandi* do delito, praticado em concurso de agentes, contra um idoso de 83 anos de idade, mediante golpes de faca, motivado por ciúme da amizade da vítima com sua companheira, vindo a atear fogo no cadáver do ofendido para ocultar o delito, circunstâncias estas que somadas ao fato de o recorrente ser policial militar, demonstram risco ao meio social.

Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.

2. Esta Corte Superior possui entendimento firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis do agente, como residência fixa e ocupação lícita, não representa óbice, por si só, à decretação e a manutenção da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.

3. Esta Corte Superior tem o entendimento de que, somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.

Na hipótese, não restou caracterizada a existência de mora na tramitação do processo que justifique o relaxamento da prisão preventiva, porquanto este tem seguido seu trâmite regular. Em consulta ao site do Tribunal de origem, verificou-se que o recurso em sentido estrito foi julgado em 23/7/2019 e, conforme ofício enviado a esta Corte Superior de Justiça, o Magistrado de primeiro grau informou que o processo encontra-se na fase do art. 422 do Código de Processo Penal, sendo que o Ministério Público já apresentou sua manifestação e a defesa pediu sobrestamento do feito em razão da interposição de recurso especial contra o acórdão que manteve a pronúncia.

Assim, não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputada ao Judiciário a responsabilidade pela demora, como bem fundamentado pelo Tribunal de origem.

4. Recurso ordinário em *habeas corpus* desprovido. Expeça-se recomendação ao Magistrado de primeiro grau para que imprima maior celeridade na realização da sessão plenária do Júri.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, com recomendação, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator